

FLS. N.º 01
RGL. 1657
PROTOCOLO LEGISLATIVO

A MESA	
PUBLIQUE-SE INCLUA-SE	
EM PAUTA POR TRÊS SESSÕES.	
15	1999
Vanderci Macris - Presidente	

Proposta de Emenda n.º 02 à Constituição do Estado de São Paulo

Dispõe sobre a extinção do Tribunal de Contas do Município de São Paulo

Serviço de Suporte e Conferência
Esta proposição contém
12 assinaturas
SSC, 15/4/1999
Conferente

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 22, § 3.º, da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda Constitucional:

Artigo 1º - Suprima-se o artigo 151 e seu Parágrafo único.

Artigo 2º - Esta Emenda Constitucional passa a vigorar a partir de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Deputado João Caraméz

Maria da Fátima Penteado

Alde

Roberto de Sá

Alcides

Abraão

Edmar

marquês

Sugarcia

Muniz

CO DE REGISTRO
POLC LEGIS

SERVIÇO DE REGISTRO E
PROTOCOLO LEGISLATIVO

R.G.L. 1657 de 16/04/99
Autuado com 05 folhas
Ass. [assinatura]


FLS. N.º 02
RGL. 1657
PROTOCOLO LEGISLATIVO 1

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de emenda à Constituição do Estado São Paulo tem por objetivo a supressão do artigo 151 e seu parágrafo único, extinguindo o Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

O §1º. do artigo 31 da Constituição Federal, preconizou o controle externo da Câmara Municipal a ser exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do município, onde houver. E o § 4º. deste mesmo artigo vedou a criação de Tribunais de Contas municipais.

No seu legítimo e regular exercício, o Poder Constituinte Paulista de 1989, manteve a criação do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. À competência de criar ou manter, corresponde a de extinguir.



O Supremo Tribunal Federal preleciona: " A interpretação sistemática dos §§ 1º. e 4º. do artigo 31 da Carta da República é conducente à concluir-se que os Estados-Membros têm poder de criar e extinguir Conselhos ou Tribunais de Contas dos municípios..."(Adin 867-6-MA)

Assim, o Tribunal de Contas do Município criado pela Lei no. 7213 de 20 de novembro de 1968, surgiu como órgão fiscalizador, através de controle externo, e a gestão financeira e orçamentária da administração pública municipal. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 passou a exercer a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município de São Paulo, bem como a fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo Municipal, incluídos aí os órgãos da Administração Indireta, acompanhando sua gestão e avaliando seu resultado operacional.

Com o decorrer dos anos, o Tribunal de Contas do Município acabou por desvirtuar a finalidade da sua criação, a de zelar para que não haja desperdício dos recursos públicos do município de São Paulo, transformando-se num órgão autônomo e político, não justificando o custo operacional que vem onerando, excessivamente, o já combalido orçamento do Município de São Paulo.

11
—

Atualmente, é composto de aproximadamente 700 funcionários ativos e 130 inativos, operando uma receita estimada em 70 milhões de reais para o presente exercício, enquanto o Tribunal de Contas do Estado, que exerce a fiscalização em 644 municípios, além do próprio Estado e Órgãos da Administração Direta e Indireta, com aproximadamente 1600 funcionários ativos e 700 inativos e um quadro julgador de 7 Conselheiros, tem um orçamento estimado de 150 milhões de reais, para o exercício de 1999.

Realmente, este comparativo por si só justificativa a sua extinção, eis que a mesma fiscalização poderá ser exercida pela Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado com expressiva economia ao erário municipal.

É certo, também, que a fiscalização a ser exercida pela Câmara Municipal trará racionalização dos serviços no âmbito municipal. É uma regra de bom senso que o mesmo serviço público tenha um único orçamento, bem como o reaproveitamento de funcionários na atividade fim para uma fiscalização mais eficiente e célere.

A medida proposta faz parte de um programa racionalizador e moralizador da Administração Pública municipal, preocupação constante desta Casa Legislativa, com vistas ao resgate e a ética do Poder Público, bem como uma resposta ao cidadão paulistano, já tão desacreditado dos ideais políticos.

11

FLS. N.º 05
RGL. 1654
PROTOCOLO LEGISLATIVO

A supressão do artigo 151 e parágrafo único da Constituição Estadual alarga a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado para todos os 645 municípios paulistas, sem qualquer exceção, inclusive para o município de São Paulo.

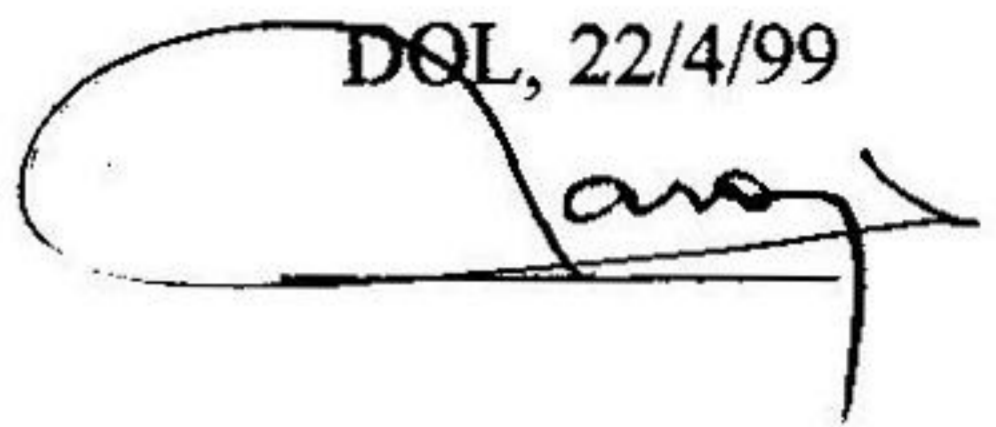
A medida certamente contribuirá para diminuir o *déficit* das finanças da municipalidade.

Divisão de Ordenamento Legislativo
Serviço de Processo Legislativo
Publicado no "DIÁRIO OFICIAL"
de 16-04-99

RETIFICAÇÃO EM V. PL. PUBLICAR

Divisão de Ordenamento Legislativo
Serviço de Processo Legislativo
Publicado no "DIÁRIO OFICIAL"
de 01-03-2000

Nos termos do artigo 253, da IX Consolidação do Regimento Interno, a presente proposição esteve em pauta nos dias correspondentes às 23ª a 25ª Sessões Ordinárias (de 19 a 22/4/99), não tendo recebido emendas ou substitutivos.

DOL, 22/4/99


A Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do artigo 253, § 3º c.c. artigos 31, I e § 1º, "1" da IX C.R.T.

23 / set / 1999

VANDERLEI MACRIS - Presidente

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES
PROTOCOLO
ENTRADA EM 28 / 4 / 99

ORG
assinatura

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
E N - R A L A
EM 28 / 04 / 99

uy
Secretário da Comissão

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
D I S T R I B U I Ç Ã O

Ao Senhor Dep. Vander Biaz
com prazo para devolução de 03 dias

09 06 99

[Assinatura]
Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
DE D I S T R I B U I Ç Ã O

Ao Senhor Dep. DIMAS RAMALHO
com prazo para devolução de 02 dias

04 06 99

[Assinatura]
Presidente

JUNTADA
Segue juntada
fls. de n.º 07 A 09
D.O.L. 11.05.1999

[Assinatura]

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
D I S T R I B U I Ç Ã O

Ao Senhor Dep. [Assinatura]
com prazo para devolução de 03 dias

[Assinatura]
Presidente

Fls. 10
RG 1652/88

Senhor Secretário Geral Parlamentar

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda Constitucional nº 2/99, encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça com o prazo regimental vencido.

D C, em 25 de maio de 1999.



Diretor do Departamento de Comissões

Senhor Presidente

À vista da informação supra, sugerimos a Vossa Excelência que determine o procedimento previsto no § 5º do artigo 253 da IX Consolidação do Regimento Interno.

S G P, em 25 de maio de 1999.



Auro Augusto Calimani
Secretário Geral Parlamentar

DESPACHO

Ao DC, para requisitar da Comissão de Constituição e Justiça a Proposta de Emenda Constitucional nº 2/99, para as providências previstas no § 5º do artigo 253 da IX Consolidação do Regimento Interno.

G P, em 24 de 06 de 1999



VANDERLEI MACRIS
Presidente

DESPACHO

Designo o nobre Deputado
Amilton Pacheco para, na qualidade de relator
especial, examinar parecer pela Comissão de _____

sobre o
P.E.C. n.º *02* de *1997*
no prazo de *31* *9* *1555*

Wanderlei Macris
Presidente

Juntada de Fls. *11 a 12*
DC *22* / *2* / *2000*
CPQ